

D. PAULO EVARISTO ARNS E AS PASTORAIS SOCIAIS.

Cátia Regina Rodrigues*

O objetivo deste texto é historiar três ações pastorais sociais que foram desenvolvidas na Arquidiocese de São Paulo por iniciativa ou por incentivo de D. Paulo Evaristo Arns, considerando o período de 1970 a 1990. Decidimos pesquisar essas experiências em virtude da grande repercussão de suas atividades dentro e fora de São Paulo, levando a um reconhecimento da CNBB, que passou a integrá-las no conjunto das ações pastorais sociais propostas para todas as dioceses do país.

Mas o que seria uma Pastoral Social? Entendemos que se trata de um serviço oficialmente instituído pelas dioceses com o objetivo fundamental de contribuir com a busca de soluções para problemas vivenciados por pessoas social e economicamente marginalizadas. O desenvolvimento desse serviço específico geralmente ocorre graças à participação ativa de um número expressivo de voluntários em sua maioria católicos.

As considerações da CNBB sobre o objetivo e a missão das Pastorais Sociais podem ser encontradas no livro “A missão da Pastoral Social”. A afirmação da entidade é de que

[...] as Pastorais Sociais têm como objetivo ser presença de serviço na sociedade, desenvolvendo ali atividades concretas que viabilizem a transformação de situações específicas [...]. A missão das Pastorais Sociais passa [...] pelo percurso da organização dos excluídos, pelas mobilizações sociais até o comprometimento político.

Das pastorais sociais existentes na Arquidiocese de São Paulo durante o período de gestão de D. Paulo Arns delimitado em nosso estudo, levantamos informações sobre a Pastoral Carcerária, a Pastoral da Moradia e a Pastoral Operária.

Queremos fazer a ressalva de nossa dificuldade na tentativa de conseguir levantar informações também a respeito de outras Pastorais Sociais. Como não foi possível reunir dados mais precisos sobre a origem e o desenvolvimento de todas as Pastorais Sociais, nos limitamos às três supracitadas.

Observamos que não havia uma preocupação histórica dos primeiros “fundadores” dessas Pastorais de tentar documentar suas atividades e ações. Trabalhando com o material disponível, nossa intenção foi tentar trazer à tona o alcance religioso e sociopolítico das Pastorais Sociais selecionadas.

A Pastoral Operária

O processo de oficialização e estruturação da Pastoral Operária na Arquidiocese de São Paulo começou, em 1970, ainda na gestão de D. Agnelo Rossi. O então cardeal-arcebispo designou, em junho daquele ano, o frei Luís Maria Alves Sartori para coordenar a Pastoral Operária na qual participaram grupos que atuavam no movimento operário e no meio empresarial.

Para os trabalhadores cristãos, no entanto, a data marcante do surgimento da Pastoral Operária é 18 de outubro de 1970. Isso porque, naquela época, vários sindicatos de trabalhadores costumavam reunir-se, anualmente, no mês de outubro, para promover reivindicações coletivas. Waldemar Rossi, um dos fundadores da Pastoral Operária, lembra os motivos da importância da data:

Nesse ano, tivemos também sete ou oito sindicatos que se uniram para reivindicar, sobretudo, o fim do arrocho salarial. Por isso sugerimos a “Missa do Salário Justo”. O cardeal (Agnelo Rossi) fez questão de celebrar a missa e, naturalmente, ficou então instituída a Pastoral Operária naquele dia.

A Pastoral Operária estava criada, mas não havia uma definição clara de sua atuação devido às divergências de interesses entre os grupos integrantes: militantes da Juventude Operária Católica (JOC), da Ação Católica Operária (ACO), participantes da UNICOR, da Frente Nacional do Trabalho (FNT), dos Círculos dos Trabalhadores Cristãos, empresários cristãos, representantes do Instituto Morumbi, da Missão Pedro e Paulo e também dos grupos de comunidades eclesiais de base.

A JOC e a ACO eram movimentos de trabalhadores jovens e adultos católicos; a UNICOR (Unidos Num Só Coração) constituía um movimento de defesa da harmonia de interesses entre empresários e trabalhadores. A entidade denominada FNT congregava operários, religiosos e profissionais liberais cristãos, enquanto os Círculos dos Trabalhadores Cristãos eram instituições leigas de assistência social e educativa. Já o Instituto Morumbi foi criado por incentivo de D. Agnelo Rossi com o objetivo de promover o diálogo entre as classes sociais. Finalmente a Missão Pedro e Paulo se caracterizada por ser um movimento que mantinha ligações com padres operários franceses.

Rossi conta que logo na primeira reunião convocada pelo frei Luís Sartori ficou evidenciado que não haveria possibilidade de um trabalho conjunto, resultando na saída da maioria dos grupos. Ele relata que permaneceram apenas dois grupos – o representante das comunidades e o da UNICOR, que era ligado ao frei Luís Sartori. No entanto, o impasse prosseguiu em relação à orientação dos objetivos da Pastoral Operária. Somente na primeira assembléia realizada, no início de 1972, é que seria finalmente estabelecida a linha prioritária de sua atuação: a de uma “PO classista”, ou seja, que reconhecia “a existência da luta de classes causada pela própria estrutura e natureza do capitalismo”. Rossi conta que D. Paulo Evaristo Arns, presente à reunião, manifestou seu apoio aos trabalhadores, declarando-se favorável à proposta defendida por ele em nome da classe operária.

Com essa tomada de decisão, seria possível definir os objetivos da Pastoral Operária. Ficava estabelecido, portanto, que deveriam ser priorizadas, por exemplo, a formação de militantes operários; a participação nos locais de trabalho, sindicatos e nos bairros; a elaboração de um boletim informativo da Pastoral Operária; e a organização de uma biblioteca com temas de interesse do operariado na Arquidiocese de São Paulo.

A decisão dos militantes da Pastoral Operária de tentar estender suas atividades para locais não-tradicionais para exercer pressão política, talvez possa ser compreendida a partir desta explicação de Rossi:

Desde o começo, nós entendíamos que a luta da classe operária não deveria apenas se travar dentro da empresa, no caso, especificamente dentro das fábricas, ou do sindicato. Ela está presente na vida inteira dos trabalhadores. Eu morava num bairro, Vila Rica (zona leste de São Paulo), onde, na época em que eu me mudei para lá, em fins de 1965, não tinha sequer transporte coletivo, iluminação pública; não tinha rede de esgoto, água canalizada. Essas coisas deveriam ser colocadas. Por quê? Porque revelavam que o poder público ficava extremamente preocupado com os bairros de classe rica, mas não dava a menor “bola” para a periferia.

Ele enfatiza que, desde o começo da fundação da Pastoral Operária, o entendimento entre seus integrantes assentava-se na convicção de que a “luta da classe operária” deveria acontecer em todos os ambientes de convívio dos trabalhadores.

O lançamento do primeiro plano pastoral da Arquidiocese de São Paulo em abril de 1976, com vigência até abril de 1978, seria outro fator a possibilitar maior visibilidade das atividades da Pastoral Operária. O tema “mundo do trabalho” foi escolhido como uma das quatro ações prioritárias pela Igreja de São Paulo (os outros três foram “comunidades eclesiais de base”, “periferia” e “direitos humanos e marginalizados”. Aliás, o tema “mundo do trabalho” seria um item constante nos planos pastorais lançados durante toda a gestão de D. Paulo Evaristo Arns). Integrantes da Pastoral Operária estiveram presentes às reuniões convocadas pela Arquidiocese de São Paulo para discussão e escolha das prioridades pastorais.

Pela explicação de Rossi, a denominação “Pastoral do Mundo do Trabalho” (presente textualmente no documento desse primeiro plano) foi utilizada no lugar de “Pastoral Operária” de maneira proposital, de forma a tentar evitar que um grupo de trabalhadores pudesse sentir-se excluído das atenções da Arquidiocese. Ele afirma que:

Não se queria, digamos, excluir quem defendesse uma linha um pouco diferente da Pastoral Operária. E também se queria passar a seguinte idéia: “Não vamos nunca excluir a possibilidade de trabalhar com empresários cristãos”.

O fato de ser um planejamento de âmbito arquidiocesano significava que as prioridades de ação pastoral deveriam ser consideradas por toda a Igreja de São Paulo, ou seja, ser colocadas em prática em todas as regiões. Com isso, a militância da Pastoral Operária contribuiria para a mobilização de moradores, sobretudo dos bairros mais periféricos da cidade, exigindo das autoridades governamentais, entre outras reivindicações, a ampliação e melhoria de serviços públicos, como saneamento básico, transporte coletivo, hospitais e postos de saúde; além do aumento do número de moradias para a população de baixa renda e da legalização de loteamentos clandestinos.

Sem querer nos alongar sobre acontecimentos já bastante comentados e analisados, queremos apenas recordar a ligação entre a Pastoral Operária e o renascimento do movimento operário durante o período de ‘abertura política’ preconizada pelo governo militar. Muitos dos integrantes da Pastoral Operária passaram a envolver-se ativamente nas sucessivas (e de grande repercussão política) greves deslançadas, entre 1978 e 1980, por trabalhadores metalúrgicos da região do ABC de São Paulo, onde se concentrava boa parte do parque industrial automobilístico do país.

Além disso, alguns dos mais combativos integrantes da Pastoral Operária também se envolveram em campanhas eleitorais principalmente de sindicatos de trabalhadores metalúrgicos, participando de chapas de oposição. Conforme explica Rossi, essa nova vertente de militância incentivou o surgimento de outros movimentos de oposição sindical, primeiramente em São Paulo e, em seguida, em algumas cidades do país. Todo esse esforço tinha como objetivo fazer com que os sindicatos, até então tutelados pelo Estado, passassem a ser realmente representativos dos interesses do operariado. Porém, as derrotas foram sucessivas, pois, mesmo ganhando as eleições, os candidatos das chapas de oposição muitas vezes foram impedidos de assumir a direção dos sindicatos durante o governo militar.

Com a redemocratização do país, a Pastoral Operária voltou a priorizar a formação de novos militantes, de modo a tentar recompor sua força política, porque muitos dos antigos integrantes partiriam para uma militância político-partidária, passando a fazer parte dos quadros do Partido dos Trabalhadores (PT).

A Pastoral da Moradia

A Pastoral da Moradia como serviço estruturado da Arquidiocese de São Paulo surgiu em 1987, com a promulgação do quinto plano de pastoral da instituição, com vigência de 1987 a 1990. Ficou estabelecido que sua atribuição seria a de “esclarecer e sensibilizar para a realidade da moradia” todas as pessoas, independentemente das religiões que professassem. Além disso, a Pastoral da Moradia estaria voltada, preferencialmente, para o atendimento às pessoas de baixa renda com algum problema relacionado à moradia.

As ações, portanto, seriam dirigidas a moradores de favelas, cortiços, conjuntos habitacionais e prédios de apartamentos; além de moradores de rua e migrantes.

Verifica-se ainda claramente a dimensão política do novo serviço pelas informações contidas no Relatório Quinquenal da Arquidiocese de São Paulo (1985 – 1989):

Isto é realizado para que o povo se organize e assuma uma luta de transformação da política habitacional, a fim de que se obtenham condições dignas de moradia para todos e condições mais fraternas de convivência, necessárias ao desenvolvimento dos valores humanos.

O Relatório citado traz também informações sobre a situação de “crise da moradia” na cidade de São Paulo. Os dados estatísticos, que foram obtidos junto à Prefeitura de São Paulo, revelam um crescimento significativo do número de favelas e cortiços entre os anos de 1968 e 1988. De acordo com o relatório, a proporção de favelados foi de 0,8% da população paulistana em 1968, passando para 4% em 1978 e saltando para 7,8% em 1988. Quanto aos moradores de cortiços, eles aumentaram de 9% da população paulistana em 1975 para 28% em 1988.

Padre Guilherme Reinhard, que foi coordenador da Pastoral da Moradia entre 1991 e 1996, lembra que essa situação de aumento de favelas e cortiços na cidade de São Paulo foi o fator a impulsionar a organização desse novo serviço por parte da Arquidiocese de São Paulo. Ele afirma que:

A partir dessa realidade econômica (ele refere-se ao crescimento do desemprego e à conseqüente piora das condições de vida, principalmente das classes mais pobres do país, ocasionados pela recessão econômica no início dos anos 1980), a Pastoral da Moradia nasceu e foi se estruturando pelas regiões episcopais. Cada uma passou a montar uma pequena equipe para acompanhar favelas e cortiços existentes em sua área. A coordenação arquidiocesana foi formada por representantes de cada região episcopal. Havia reuniões mensais e assembléias anuais para avaliação e planejamento de suas atividades e lutas concretas. Muitas vezes, aprendíamos mais com os fracassos, como nos casos de despejo, do que com as vitórias, porque analisávamos os porquês junto com eles.

Na visão de Evaniza Rodrigues, que foi secretária-executiva da Pastoral da Moradia por dois anos, o novo serviço significou a “costura” de todas ações que vinham sendo desenvolvidas por diferentes movimentos de moradia atuantes nas regiões da Arquidiocese de São Paulo. Ela cita alguns desses movimentos:

[...] na região Ipiranga, existia uma atuação forte de movimentos de favelas, ligados à Igreja católica. No centro, havia os movimentos de cortiços desde 1979. O grande feito, então, foi essa “costura” de ações para a cidade como um todo e que vai se chamar Pastoral da Moradia. E os movimentos de moradia, que existiam pelas regiões, passaram a atuar em conjunto.

Nos primeiros anos de criação da Pastoral da Moradia, as equipes espalhadas pelas regiões da Arquidiocese de São Paulo foram constituídas majoritariamente por moradores dos bairros, que, voluntariamente, ajudavam nos trabalhos de orientação e coordenação de novos grupos de agentes pastorais de moradia. Havia apenas alguns poucos padres e religiosas participando das equipes regionais de Pastoral da Moradia, pois eles tinham dificuldades para conseguir ser liberados de suas funções nas paróquias onde trabalhavam.

Segundo os entrevistados, a multiplicação de novos agentes pastorais a partir de cursos de formação foi uma das prioridades dos integrantes da coordenação da Pastoral da Moradia. Padre Reinhard cita outras ações realizadas:

Visitávamos o povo e suas lideranças, acompanhávamos suas assembleias e reuniões com autoridades. Também foram criados laços com alguns movimentos populares de favelados e encortiçados.

Nesse sentido, Evaniza lembra o episódio sobre o primeiro projeto de lei de iniciativa popular encaminhado pelos movimentos de moradia ao Congresso Nacional, em 1991, propondo mudanças na política habitacional até então vigente no país. Em virtude da mobilização dos movimentos de moradia, o governo sancionaria, em junho de 2005, a lei de criação do Fundo Nacional de Moradia Popular, estabelecendo a concentração de recursos para subsidiar a construção de moradias para população de baixa renda. Segundo relata Evaniza, D. Paulo Evaristo Arns e D. Luciano Mendes de Almeida, que, na época era presidente da CNBB, ajudaram a fazer com que a instituição disseminasse a proposta dos movimentos de moradia por todo o país.

A Pastoral Carcerária

Os primeiros passos rumo à institucionalização de uma Pastoral Carcerária na Arquidiocese de São Paulo ocorreram em 1985. Naquela data, D. Paulo Evaristo Arns decidiria nomear um padre responsável oficialmente pelo serviço de assistência a homens e mulheres presos. A criação da Pastoral Carcerária possibilitou uma organização e ampliação

das atividades, uma mudança de visão sobre o atendimento até então oferecido e uma conscientização sobre as características do sistema carcerário de São Paulo.

A presença de religiosas, sacerdotes e leigos já vinha se intensificando, sobretudo, a partir de 1970, nos três maiores presídios localizados na zona norte da cidade de São Paulo – Casa de Detenção de São Paulo (já extinta), Penitenciária Feminina da Capital e Penitenciária do Estado de São Paulo (antiga unidade prisional masculina onde funciona, desde 2005, a Penitenciária Feminina Sant’Ana). No entanto, as atividades eram realizadas mais pelo empenho particular dos voluntários, sem haver uma metodologia de trabalho e uma articulação entre eles.

Os trabalhos iniciais da Pastoral Carcerária, porém, ficaram mais concentrados na Casa de Detenção, como podemos inferir das informações do Relatório Quinquenal (1985 – 1989) da Arquidiocese de São Paulo. Talvez em virtude de o presídio abrigar a maior população carcerária comparativamente com a de outras unidades prisionais situadas na área da Arquidiocese de São Paulo.

Inicialmente, a equipe foi formada por dezenove agentes pastorais: dois sacerdotes, duas religiosas e dois leigos, trabalhando duas vezes por semana em período integral; e mais dez leigos e três religiosas, exercendo atividades a cada semana ou a cada quinze dias.

Pelas informações do Relatório Quinquenal (1985 – 1989), observa-se que a atuação desses integrantes junto aos presos não se limitou ao aspecto religioso, no sentido de oferecer “conforto” espiritual por meio de visitas, orações ou missas periódicas. Foram empreendidas também ações sócio-educativas, como estudos sobre a Bíblia, aulas de música e teatro e cultivo de hortas comunitárias por presos com doença mental como tratamento terapêutico.

A religiosa e psicóloga Maria Emília Guerra Ferreira foi quem ajudou na realização das primeiras aulas sobre textos bíblicos. Ela começou a atuar, em 1986, na Casa de Detenção a convite do padre Antonio Macedo Silva, o primeiro coordenador da Pastoral Carcerária. Ele era o capelão do presídio. Maria Emília conta que foram os próprios presos que solicitaram o curso:

O padre Macedo celebrava missas nos pavilhões. Ele me chamou para participar das missas. Na hora da homilia, ele me cedia a palavra para que eu conversasse sobre os textos bíblicos. Começamos justamente no pavilhão 8. Foi o primeiro pavilhão liberado pela diretoria da Casa de Detenção. Eles pensavam que o padre Macedo iria desistir, porque o pavilhão 8 era o lugar dos presos reincidentes, tido como muito perigoso naquele tempo.

Além dos estudos semanais sobre a Bíblia, a religiosa afirma que depois foram introduzidas as aulas de canto por incentivo do padre Macedo, resultando na formação de grupos de presos, inicialmente os do pavilhão 8, para tocar e cantar durante as missas semanais. A Casa de Detenção formava um conjunto de sete prédios (os pavilhões) de cinco andares cada um. Os pavilhões 2, 4, 5, 7, 8 e 9 para alojamento de presos. No pavilhão 6, funcionava a parte administrativa, a cozinha e a lavanderia. O presídio tinha cerca de 90 mil metros quadrados de área construída.

A iniciativa seria depois estendida aos outros cinco pavilhões onde ficavam alojados os detentos, como lembra Maria Emília:

Os presos dos outros pavilhões passaram a pedir que fossem organizados novos grupos de reflexão bíblica. Eles diziam que também queriam participar. Todo trabalho de reflexão começava antes com um canto. Então, começaram a aparecer vários presos que sabiam tocar. Eram católicos e não-católicos. Não importava a religião que professavam. Passaram a ser momentos de liberdade para eles.

As atividades foram se ampliando com a iniciativa de um grupo de jovens de teatro, que passaram a freqüentar a Casa de Detenção e a ajudar os presos a escrever peças de teatro e apresentá-las para outros detentos. A partir dessa experiência, surgiu a idéia de montar também cursos de redação, teatro e artesanato.

Além dessas ações religiosas e sócio-educativas, os membros da Pastoral Carcerária passaram a analisar e propor soluções para os principais problemas com os quais freqüentemente deparavam-se nas penitenciárias onde mais atuavam (como a Casa de Detenção e a Penitenciária Feminina da Capital), levando-os a tomar posições em defesa dos direitos dos presidiários.

Essa reformulação de objetivos aconteceu a partir de 1988. Nesse ano, D. Paulo Arns nomeou uma nova equipe de coordenação da Pastoral Carcerária, com três pessoas. O padre Antonio Macedo Silva foi substituído por padre Francisco Reardon, que já freqüentava a Casa de Detenção desde 1985 para visitar alguns jovens do bairro de Brasilândia, zona norte de São Paulo, que estavam presos. Na época, Reardon era vigário de uma paróquia localizada neste bairro e decidiu organizar uma equipe de leigos voluntários para visitar semanalmente os jovens, que acabaram integrando-se ao grupo da Pastoral Carcerária.

A irmã Maria Emília explica que o padre Macedo deixou a coordenação da Pastoral Carcerária porque foi designado para assumir outras atividades: “Ele foi nomeado reitor do Seminário da Freguesia do Ó. Além disso, ele também trabalhava numa paróquia”.

Além de Maria Emília, a terceira pessoa integrante da nova equipe de coordenação era o leigo Itamar Bopp Júnior. Ele já atuava na Pastoral Carcerária. Aliás, desde 1976, ele fazia visitas a presos da Casa de Detenção.

Em sua segunda fase, com a nomeação do padre Reardon, o serviço passou por uma reestruturação, o que significou a implementação de novas ações, tanto dirigida para os integrantes da Pastoral Carcerária, quanto para os detentos.

Começaram a ser realizadas reuniões mensais com todos os voluntários para avaliação das atividades implementadas. Além disso, a coordenação passou a preocupar-se mais com a formação de novos agentes de pastoral, com vistas a poder estender as atividades para outras unidades prisionais, mas principalmente garantir a continuidade da existência da Pastoral Carcerária. Vejamos a declaração de Maria Emília:

A Pastoral Carcerária faz muita distinção entre visitas e trabalhos. Há pessoas que vão visitar presos, vão visitar as cadeias. Há outras que vão “trabalhar” com os presos, nas penitenciárias e distritos. Na Pastoral Carcerária, existia uma preocupação de organização de um trabalho, com metodologia, para que tivesse continuidade. Se houvesse mais pessoas para visitar os presos todo dia, toda hora, seria ótimo, porque você, de certa forma, mexe com a estrutura carcerária. Mas o que eu quero dizer é no sentido de uma formação de agentes de pastoral. A irmã Assunção (nome religioso da irmã Maria Isabel Jesus de Oliveira) e eu ficávamos todos os dias da semana, de segunda a segunda, de 9 da manhã até as 6 da tarde na Casa de Detenção, realizando cursos, reuniões e visitas.

Foram também idealizadas ações específicas visando aos presos e suas famílias. No entanto, algumas propostas não tiveram longa duração, como os próprios entrevistados admitem. Havia, por exemplo, uma proposta de ressocialização. O objetivo era incentivar alguns dos ex-presidiários a ter uma oportunidade de trabalho por conta própria. Os entrevistados contam que chegaram a alugar uma casa para que os ex-presos lá se instalassem e pudessem iniciar algum negócio. A experiência, porém, não surtiu os resultados esperados. Na opinião de Itamar, a interrupção do projeto deveu-se ao pouco interesse demonstrado pelos ex-presos:

Tentamos também um trabalho com os presos egressos. Como eles têm dificuldade para arrumar emprego, imaginamos que eles pudessem trabalhar por conta própria – como pintor, ambulante, alfaiate, carpinteiro, etc. Chegamos a alugar uma casa no Brás (região central de São Paulo), no bairro onde morava a família de um ex-presos. Mas poucos se interessaram pela nossa proposta.

Outras iniciativas, no entanto, foram mais bem-sucedidas. A irmã Maria Emília enfatiza a atuação ativa da Pastoral Carcerária em relação a direitos individuais dos presos, resultando em discussões mais abrangentes sobre o sistema penitenciário do país. Em relação a esse assunto, ela dá o seguinte testemunho:

Mas uma iniciativa que se desenvolveu muito com o padre “Chico” foram os trabalhos da Pastoral Carcerária na parte jurídica. Sempre tivemos muito contato com juízes. Sempre tivemos muito acesso para falar dos descasos com os presos. E a partir de casos particulares, começamos a tratar da questão carcerária. A Pastoral Carcerária teve

influência sobre algumas propostas jurídicas que hoje existem – por exemplo, o direito à visita íntima para as mulheres, o direito à liberdade condicional também para as estrangeiras, e outras.

Em seus dez primeiros anos de funcionamento (de 1985 a 1994), as atividades da Pastoral Carcerária foram estendidas para 84 estabelecimentos prisionais (a maioria distritos policiais) situados na área da Arquidiocese de São Paulo. Nesse período, essas unidades abrigaram um contingente de 15.642 presos. O número de agentes pastorais praticamente dobrou, chegando a 36 voluntários – dos quais, 22 leigos.

Recebido em abril/2008; aprovado em maio/2008.

Notas

* Mestra em História Social pela FFLCH-USP com a dissertação intitulada *A Arquidiocese de São Paulo na gestão de D. Paulo Evaristo Arns (1970 – 1990)*, sob orientação do prof. Dr. Ulysses Telles Guariba Netto. E-mail: catia.regina@uol.com.br